

Editorial

É com imensa alegria que comunicamos que nosso periódico conseguiu a tão almejada e trabalhada classificação: somos B4 pela classificação Qualis (B4 - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; C - Direito). Em adição a esta importante conquista nosso periódico também foi incluído no Portal de Periódico da CAPES. Desejamos que este projeto só venha a crescer, retratando as melhorias técnicas vivenciadas em todos os âmbitos do conhecimento explorados pela Faculdade Santa Lúcia, assim como possibilitando a troca inter institucional, que só engrandece a todos os envolvidos.

A 21ª edição inicia-se com a apresentação de trabalho intitulado *A contabilidade do terceiro setor e a Lei de Cebas*, que é resultado de uma pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica do curso de Ciências Contábeis, como parte do Programa de Incentivo à Pesquisa e Extensão (PROINPEX), da Faculdade Santa Lúcia. Em 2009, foi instituída a Lei 12.101, que trata da Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS), onde o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes na concessão de isenção de contribuições às entidades que promovam ações nas áreas de saúde, assistência social e educação. Tendo como foco esta norma, este trabalho colocou como objetivo principal apresentar a Lei 12.101/09 e compreender melhor a sua aplicação, especialmente no que diz respeito aos aspectos relacionados à área contábil.

Política social e seguridade social: trajetória da política de saúde no

Brasil, texto didático, teve como objetivo geral reunir em um texto didático a trajetória histórica da construção da Política de Saúde, as concepções que a fundaram e, sumariamente, apontar as características de seu sistema de gestão.

Na área jurídica, *O assédio moral nas relações de trabalho e a saúde do trabalhador* como objetivo estudar a questão do assédio moral no ambiente de trabalho e suas implicações para a saúde do trabalhador, que se fazem presentes tanto no aspecto físico quanto moral do cidadão. Este trabalho aborda resumidamente os conceitos etimológico e epistemológico de assédio moral, bem como as consequências do assédio moral para a saúde do trabalhador e suas implicações morais e legais deste assédio moral tanto para o cidadão como para a empresa, para o Estado, para a família e para a sociedade em geral.

Já na área contábil, *Mercado financeiro: um estudo da evolução do nível do investimento na BM&F Bovespa e a taxa Selic de 2011 a 2015* teve como objetivo estudar a relação entre os investimentos na Bolsa de Valores e a Taxa Selic, de modo a identificar quais os efeitos para o índice Bovespa quando ocorre a variação na taxa Selic por meio de um estudo analítico da Bolsa de Valores e da Taxa Selic no período de 2010 a 2015.

Ainda nesta área apresentamos *Fluxo de caixa descontado: uma ferramenta de apoio para avaliação de empresas que auxilia a tomada de decisão na aplicação de recursos em organizações de capital aberto*, que teve como objetivo a aplicação do método do Fluxo de Caixa Descontado para avaliação de empresas. Os investidores estão sempre buscando meios de proteger o seu patrimônio ou aumentar a sua rentabilidade com aplicações

financeiras, para isso utilizam o mercado de capitais como forma de encontrar bons negócios que possam alavancar os seus investimentos. Não é tarefa simples, encontrar na Bolsa de Valores, ações que possam dar retornos significativos em relação ao capital investido. Para isso é necessário fazer algumas análises sobre a organização a qual se pretende aplicar o recurso e uma das ferramentas utilizadas é o Fluxo de Caixa Descontado, que poderá auxiliar o tomador de decisão a escolher os melhores ativos para os seus investimentos.

Sob um outro olhar, *A criminalização do assédio moral no trabalho* estudou o Assédio Moral no Trabalho e seus principais contornos, distinguindo-o de outras formas de assédio moral, inclusive sob a ótica do Direito Comparado. No combate a fenômeno mundial tão grave, faz-se breve digressão inicial sobre Código de Conduta, alcançando-se criticamente os Projetos Legislativos para sua criminalização.

Finalizando, o trabalho *A desvinculação de receitas como alternativa às dificuldades impostas pelas vinculações orçamentárias no Brasil* buscou indicar como a Desvinculação de Receitas da União (DRU) vem sendo utilizada para minimizar as dificuldades impostas pelas vinculações orçamentárias. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, o trabalho adotou a hipótese de que o excesso de vinculações pode produzir falhas de eficiência, perda da autonomia do gestor público e induz a má qualidade do gasto público. No entanto, como contraponto, foram apresentadas também algumas críticas ao emprego da DRU, relacionadas à redução do volume de recursos econômicos alocados para manutenção dos direitos humanos de segunda geração (direitos sociais, econômicos e culturais).